

Reinterpretando as origens do Sistema Internacional: as possibilidades de paz em tempos de guerra ontem e hoje

Mauricio Metri(1)

1- Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID) da UFRJ e do Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional (PEPI-IE) da UFRJ. Coordenador do Laboratório *Orti Oricellari* de Estudos em Economia Política Internacional (IRID/UFRJ) Email: metri.mauricio@gmail.com

Em geral, as origens do sistema internacional são descritas no contexto dos processos ligados ao término da Guerra de Trinta Anos europeia (1618-48) e da assinatura do Tratado de Vestfália (1648) [1]. No entanto, ao longo das Guerras da Lombardia (1423-1454) consolidou-se na Península Italiana um sistema de unidades político-territoriais independentes, que passou a operar progressivamente com base em um jogo instável de equilíbrio de poder, cuja dinâmica respondia essencialmente a uma pressão competitiva entre os próprios “príncipes” da península [2]. Trata-se de uma interpretação diferente da comumente apresentada.

O objetivo deste artigo é reinterpretar as origens do sistema internacional moderno, relacionando-as: às mudanças na dinâmica das lutas de poder durante a Guerra de Trinta Anos Italiana (1423-1454); às condições para consolidação e manutenção do concerto italiano (1454-1494), resultante dos Acordos de Paz negociados na Cidade de Lodi em 1454; e à europeização do sistema italiano a partir da formação da Liga de Veneza em 1494. Por fim, com base na

investigação das condições de sustentação do concerto italiano ocorrido na segunda metade do Século XV, busca-se refletir como tais condições reapareceram em outros momentos da História do Sistema Internacional e como estas têm se manifestado neste início de Século XXI, sobretudo nas relações entre Estados Unidos, Rússia e China.

Assume-se que o Sistema Internacional moderno se caracteriza pela presença de uma perene pressão competitiva entre as unidades político-territoriais que o formam, ligadas às lutas de poder inerentes às relações entre tais unidades; por um jogo de equilíbrio instável de poder; pela prática da diplomacia moderna; e pelo pragmatismo como princípio de orientação estratégica. Nesse sentido, analisa-se a hipótese de que tais elementos constitutivos do sistema internacional moderno surgiram na Itália durante as Guerras da Lombardia dentro do quadro das grandes transformações porque passava a Europa ao longo do Século XV.

Para tanto, além desta introdução e de uma conclusão ao final,

este artigo conta com mais quatro secções, onde se investigam, em sequência, as grandes transformações por que passou a Europa no século XV; a Guerra de Trinta Anos Italiana; o Concerto Italiano; e, por fim, algumas breves lições da Paz de Lodi (1454) para a reflexão de como reapareceram em outros momentos da História as condições para uma “paz em tempos de guerra”.

As Grandes Transformações da Europa Quinhentista

A Guerra de Trinta Anos Italiana transcorreu dentro de um quadro maior de grandes transformações na Europa. Além do surgimento dos primeiros estados territoriais, houve o alargamento das fronteiras do sistema europeu-mediterrâneo, até então limitadas, a leste, pelas bordas do Atlântico; ao sul, pelo Saara; ao norte, pelas águas geladas do Mar do Norte; e, a oeste, pelos Cárpatos e pelos limites mais fluidos da planície do Norte. [3]

Para além dessas fronteiras, durante o Século XV, houve a mais importante revolução geográfica do sistema internacional ora em gestação. Esta foi capitaneada pelo empreendimento português das Grandes Navegações, que se iniciou com a conquista de Ceuta em 1415 e alcançou seu fastígio em 1511 com a conquista de Malaca, consagrando a política oceânica de Afonso Albuquerque.[4] Tratou-se de um esforço secular, sistemático e contínuo.

Um feito com impacto inclusive sobre dinâmica das disputas de poder dentro do próprio continente europeu. [5]

Não menos importantes foram as viagens do genovês Cristóvão Colombo sob patrocínio da coroa espanhola, que alcançaram a massa continental do hemisfério ocidental em 1493, inserindo-as a partir de então como uma nova fronteira de expansão, mais precisamente como áreas de domínio e colonização. Por fim, simultaneamente e não menos extraordinária, houve a expansão russa em direção à Sibéria, cujo primeiro impulso deu-se sob comando de Ivan III a partir de 1462, processo este que culminou séculos depois com a conquista do *heartland* de que falou H. Mackinder. [6]

Nesse quadro, para os europeus, alteraram-se significativamente as zonas estratégicas de expansão e disputa. Antes, estas se concentravam sobretudo na porção oriental do Mediterrâneo, regiões da Terra Santa, foz do Nilo e os acessos ao Mar Negro; depois, abarcou progressivamente a navegação dos Oceanos Atlântico, Índico e Pacífico, toda a massa continental do hemisfério ocidental e posições na costa africana e no sul e sudeste asiáticos. O sistema que ora nascia passava a incorporar cada vez mais um espaço impensável ao europeu *quatrocentista*.

Além da revolução geográfica, a Europa sofreu uma outra transformação no século XV, a saber: o surgimento dos seus primeiros estados territoriais, cuja

consolidação apontava para uma *contiguidade* crescente da geografia política da Europa de então. Isso ocorreu depois de um longo processo histórico, denominado por Norbert Elias de *sociogênese* dos estados[7], resultado da pressão competitiva entre os poderes leigos locais desde o século XI até o século XV. As Lutas de Eliminação de que falou Elias foram responsáveis pela crescente monopolização dos instrumentos de coerção e violência física, como também dos instrumentos de tributação e sua monetização, sob comando das autoridades centrais vitoriosas.[8] A dinâmica das guerras implicou a concentração do poder e fortalecimento da função central nas mãos de alguns poucos poderes leigos locais. Em geral, a lógica da conquista acarretava a expansão da área de domínio, tributação e extorsão. Incorporavam-se populações e territórios aos domínios originais da autoridade central mais bem sucedida na guerra. Daí nasceram Portugal, França, Castela, Aragão, Inglaterra, assim como as cinco potências italianas, embora estas sem uma expansão territorial tão significativa.[9]

No caso da França [10], com a ascensão de Luis VI (1108-1137) teve início um longo processo repleto de discontinuidades, mas que ao final produziu o fortalecimento da autoridade central e sua expansão a partir da *Ile de France* (região em torno de Paris). Considera-se o fim da Guerra de Cem Anos em 1453 um marco das lutas de formação da França, quando esta adquiriu suas principais fronteiras como conhecemos hoje [11]

Embora estivesse fora da Europa e sob as influências de outras dinâmicas e processos sociais, o caso Otomano [12] caracterizou-se também por uma longa e descontínua expansão por meio das guerras. Começou

Ocidental no final do século XIII e logrou uma expressiva expansão no Século XV, com imperador Mehmed II al Fatih, o Conquistador (1451-1481). Depois da conquista de Constantinopla, projetou-se na direção dos Balcãs e do Norte da África, aumentando a percepção de cerco aos europeus.

Surgiam então dois gigantes territoriais, o Reino da França e o Império Otomano, que lançavam suas sombras e ameaças aos povos da península italiana, pressionando-os sobremaneira. De fato, seus *príncipes* e *repúblicas* não estavam muito preparados para tais desafios, mesmo considerando suas principais potências. [13]

A Guerra de Trinta Anos Italiana (1423-1454) e a Paz de Lodi (1454)

Região mais rica da Europa, a Itália não se moveu indiferente a esse quadro de grandes transformações. As disputas dentro da península ao longo da primeira metade do século XV foram atropeladas pelos acontecimentos no continente e no Mediterrâneo.

Nas primeiras décadas, havia três importantes unidades político-territoriais no norte da Itália, o Ducado de Milão e as Repúblicas de Veneza e de Florença, além dos Estados Pontifícios ao centro e do Reino de Nápoles ao sul. As autoridades de Milão de modo bastante precoce já atuavam naquele então com base numa diplomacia ativa e permanente, com orientação pragmática e com um olhar para um jogo mais sistêmico [14]. Algo muito diferente da tradição da diplomacia medieval marcada pela troca

intermitente de informações e diálogos ocasionais, pautados por um calendário que se baseava em eventos solenes (nascimentos, casamentos, lutos, etc.). [15]

A ascensão do segundo filho de Giangaleazzo, Filippo Maria Visconti, em 1412, dez anos depois da saída do pai do comando do Ducado de Milão, significou não somente a sua reconstrução, como também a retomada do controle da Lombardia nos anos seguintes sob as mesmas bases estratégicas. [16] Naquele momento, configurava-se como um dos principais objetivos do duque de Milão reaver o controle de Gênova, embora receasse a reação de Florença. Num acordo de 1420, Visconti conseguiu a neutralidade de Florença desde que não atravessasse os Rios Magra e Panaro.

Em 1423, o Duque invadiu Brescia e anexou Gênova. No entanto, a ocupação de Furlí, ultrapassando as águas do Rio Panaro, impeliu seu vizinho mais poderoso na Toscana a uma resposta.[17] Florença, porém, descobriu rapidamente que sozinha não conseguiria frear as forças de Visconti, sobretudo depois de sua derrota na Romanha em julho de 1424. Procurou então a República de Veneza para formação de uma coalizão contra o Ducado de Milão. Para tanto, foi decisivo a ascensão do Doge Francesco Foscari na Sereníssima República, que aceitou a proposta, embora esta colocasse Veneza diante de duas frentes de guerra, uma no norte contra os Visconti e outra no Mediterrâneo

Oriental contra os otomanos.[18] Tais disputas no norte da Itália envolviam também o controle dos estratégicos Rios Po e Adige, canais de circulação na região e de acesso a outras partes da Europa. [19] Essa conjuntura forjou o início da Guerra de Trinta Anos Italiana (1423-1454), na qual já despontavam algumas iniciativas próprias de um jogo de coalizões e alianças estratégicas contra ameaças comuns.

A reação conjunta de Veneza e Florença na Lombardia teve resultados positivos, pois logo conquistaram as Cidades de Brescia (1426) e Bergamo (1428), distantes de Veneza e Florença, e próximas a Milão. Ainda em 1428, as três potências do norte negociaram um acordo de paz. Os florentinos conseguiram retomar territórios perdidos na Romanha e os venezianos ratificaram seus domínios sobre Brescia e Bergamo. No entanto, sem temporizar, as disputas voltaram por iniciativa de Milão, como na conquista da cidade de Lucca onde impuseram uma outra derrota aos florentinos.

Antes da Guerra de Trinta Anos Italiana, as lutas envolviam sobretudo ameaças vizinhas próximas e muitas vezes bilaterais e, ao longo desse conflito, começou a prevalecer um cálculo mais complexo, cujas ameaças passaram a envolver tabuleiros cada vez maiores e mais integrados por uma nova geografia política (marcada pela contiguidade crescente resultante das guerras de eliminação de Elias, descritas anteriormente), com diferentes atores envolvidos (próximos e distantes) e

distintas estratégias possíveis (diplomáticas e militares). Nesse novo contexto, o sucesso das autoridades centrais daqueles tempos passou a depender mais do pragmatismo das alianças e da orientação das ações políticas num jogo cada vez mais sistêmico e baseado num “equilíbrio instável de poder” num quadro de pressão competitiva crescente.

Ademais, naqueles tempos ficou claro também que as disputas internas de todas as cidades do tabuleiro italiano tornaram-se espaços prolongados das guerras entre as principais potências, querendo ou não. Em 1436, por exemplo, Gênova transformou-se em palco de rebeliões e lutas fortemente permeadas pelas disputas entre Milão e a coalizão Veneza-Florença. Da mesma forma, Lucca e Monte Carlo em 1437.

Havia, na verdade, diferentes níveis espaciais em que se manifestavam as lutas de poder na *Itália Quinhentista*. No primeiro nível de análise, numa escala continental, encontravam-se as forças externas à península italiana (o Reino da França, o Império Otomano e o Reino de Aragão) que a pressionaram sob a forma de ameaças para quais suas unidades político-territoriais pouco podiam fazer individualmente. Tratava-se de ameaças externas comuns aos povos da Península. No segundo nível, situavam-se as principais potências italianas (Milão, Veneza, Florença, Roma e Nápoles) que estiveram ao centro das disputas da Guerra de Trinta Anos Italiana e das negociações dos Acordos

de Lodi. Num terceiro nível de âmbito mais regional, como, por exemplo, na Toscana, havia uma hierarquia bem definida entre os poderes leigos locais, prevalecendo em geral uma potência rodeada (Florença, no caso) por uma série de outros “príncipes” menores (Lucca, Pisa, Siena, etc.), que procuravam jogar nas rivalidades das potências da península.

Por fim, num nível mais interno a cada unidade político-territorial, existiam diferentes grupos que, valendo de suas conexões externas, lutavam pelo controle da função central. Quando pensou a partir desse nível de análise, Maquiavel se referiu explicitamente à “ambição dos grandes”, à “insubordinação dos povos” e à “crueldade e avidez dos soldados”. (Maquiavel, 1996[1513]: p. 137). [20]

Ainda no final dos 1430s, Vistonti investiu contra posições venezianas na Lombardia próximas à Milão, principiando novas batalhas. A percepção de insegurança impelia os príncipes a reações expansivas. À medida que perdiam territórios, os venezianos buscaram renovar os acordos com os florentinos, retomados efetivamente em 1438, o que acabou por alterar novamente a conjuntura na Lombardia. Diante das dificuldades, Milão atacou Florença. Como resposta, os venezianos com o apoio do condotieri Francisco Sforza conseguiram derrotar as tropas milanesas e, dentre as conquistas, libertaram a cidade de Brescia de um cerco de três anos.

Com a evolução dos conflitos, aprofundava-se a passos largos, de norte a sul da península italiana, a dinâmica de um jogo sistêmico de alianças pragmáticas, organizadas a partir de uma pressão competitiva estrutural de todos contra todos, num tabuleiro geográfico em contiguidade crescente. De acordo com Mattingly,

In the 1440s, there began to form in certain Italian minds a conception of Italy as a system of independent states, coexisting by virtue of an unstable equilibrium which it was the function of statesmanship to preserve. This conception was fostered by the peninsula-wide alliances whose even balance of forces had ended every war of the past twenty years in stalemate. It recommended itself increasingly to statesmen who had accepted a policy of limited objectives, and had more fear than hope from a continuance of an all-out struggle. (Mattingly, 1955: 83).

Nesse contexto, coube ao duque Visconti, em setembro de 1443, uma primeira proposta de distensão entre Florença, Veneza e Milão para dirimir a pressão competitiva na Itália, a partir do reconhecimento comum de suas áreas de dominação, com base num acordo estruturado em garantias, negociado em um congresso com a presença das principais potências italianas. [21]

Visconti efetivamente vislumbrou algo revolucionário, que mais tarde passou a ser a tônica do sistema internacional criado pelos

italianos, expandido para a Europa e depois para o mundo: a possibilidade de, em contexto de intensa rivalidade, estabelecer negociações entre as partes em disputa, com base no desenvolvimento de uma diplomacia moderna, que permitisse submeter as estratégias militares a revisões, ajustando assim a própria lógica militar aos anseios e objetivos políticos. [22]

Havia na proposta de Visconti de 1443 a ideia implícita de que não se elimina em tempos de paz a própria tensão que impele à guerra, por isso o reconhecimento comum dos territórios políticos de origem e suas respectivas áreas de dominação. No entanto, seria ainda necessário outra década para que efetivamente fosse negociado um acordo nesses termos e que se colocasse fim às intermináveis guerras na Lombardia.

Sem ter muita consciência, os italianos estavam realizando que a paz não se apresentava como resultado de vontades individuais, mas como uma solução instável que não eliminava as disputas. O que ainda não estava claro era a condição necessária para amadurecimento e efetiva implementação de uma “paz em tempos de guerras”.

Na segunda metade dos 1440s, a crise sucessória em Milão com o falecimento do Duque e o fortalecimento do *condottiere* Sforza, por suas conquistas na Romanha e seu casamento com a filha de Visconti, renovaram as dinâmicas competitivas na península.

Nesse contexto, ocorreu uma rápida expansão de Veneza no Norte da Itália que, somada aos seus vastos domínios navais no Mediterrâneo, inverteu a percepção de qual unidade político-territorial constituía-se na principal ameaça na península.[23]

Sobre esse tema, alguns autores atribuíram a Cosimo de Médici uma emblemática movida de sua política externa ao abandonar prontamente sua antiga aliança com Veneza e apoiar Sforza em Milão em razão da reconfiguração das relações de poder na Lombardia. [24] A partir de então, as disputas sucessórias em Milão tornaram-se o centro de gravidade das lutas de poder na península italiana.

No entanto, em 1453, a dinâmica dos conflitos alterou-se radicalmente e de forma inimaginável até então. Na verdade, forças externas contiveram as iniciativas individuais dos italianos a despeito da estrutural pressão competitiva entre eles. Como visto, de um lado, a ascensão do Império Otomano que havia conquistado Constantinopla em 1453, projetando-se sobre os Balcãs, a Dalmácia e o Adriático; e, de outro, a consolidação da França como o mais importante poder territorial na Europa após sua vitória na Guerra de Cem Anos, também no ano de 1453, quando expulsou os ingleses do continente. De acordo com Maquiavel:

Essa conquista [de Constantinopla e de toda a Grécia] acabou com todos os cristãos, e mais particularmente os

venezianos e o Papa, parecendo-lhe já ouvir as armas dos turcos em toda a Itália. O Papa pediu, portanto, aos potentados italianos que lhe mandassem embaixadores com autoridade para assinar uma paz geral; obedeceram, porém uma vez reunidos em mérito a isso encontraram muita dificuldade ao tratá-la (...). No entanto, o que em Roma entre muitos parecia difícil de se fazer, muito facilmente em Milão e Veneza, entre dois se resolvia (...). Em virtude desse acordo, cada um voltou à posse dos territórios que possuía antes da guerra, (...) aos outros príncipes italianos foi concedido um mês para ratificá-lo. O Papa e os florentinos, e com ele os sienenses e outros menos poderosos, ratificaram-no em tempo. (Maquiavel, 1525: 318-19).

Não por outra razão, em abril de 1454, cercadas por tais ameaças, contra as quais individualmente pouco se podia fazer, as potências italianas optaram por suspender suas querelas, congelar suas posições relativas, reconhecer as áreas de dominação de cada potência e, por fim, articular-se conjuntamente contra franceses e turcos a partir de uma aliança defensiva. Da guerra à paz, não ficaram estabelecidas punições a nenhuma das partes beligerantes, sobretudo às responsáveis pelo início dos conflitos ou em situação desfavorável no momento das tratativas, como Milão. O resultado procurou envolver todos sem criar disposições revisionistas posteriores.

It concluded a defensive alliance for twenty-five years, with provisions for subsequent renewals. The signatories promised to defend each other's territories in Italy (neither Milan nor Florence cared to undertake the defense of the Venice overseas empire) against any and all aggressors, and for this purpose agreed on a schedule of military action in case of emergency. Each signatory reserved the right of its allies to be included.” (Mattingly, 1955: 88).

Em suma, lidar com essa dupla dimensão das disputas de poder de então passou a ser parte importante do desafio das autoridades centrais italianas de então. Não havia como eliminar as pressões competitivas dentro da península, como também não havia como enfrentar as poderosas ameaças externas se não fosse com uma ação conjunta. Com efeito, para resolver tal contradição, os italianos na prática reconheceram a existência de um sistema de equilíbrio instável de poder ligado ao pragmatismo e à diplomacia moderna, algo que, séculos depois, passou a se chamar de sistema *interestatal* anárquico e *Razão de Estado*. Como descreveu Garret Mattingly, *Italy was beginning to become such a system of mutually balanced parts in unstable equilibrium as all Europe was to be three hundred years later, a small-scale model for experiments with the institutions of the new state.”* (Mattingly, 1955: 60).

Germinaram ali, na península italiana, as primeiras sementes do sistema internacional atual. Num primeiro momento, poder-se-ia imaginar que a Paz de Lodi tivesse eliminado as tensões entre as potências italianas ao articulá-las diante de ameaças comuns, como a ascensão do Império Otomano e a consolidação do Reino da França. No entanto, ao contrário, a Paz de Lodi não suprimiu as pressões competitivas no interior da Itália, manteve-as na verdade sob precário controle. [25]

A lógica de relações baseadas no que se convencionou chamar de equilíbrio de poder não elimina a possibilidade de guerras entre as unidades político-territoriais. Isso porque o princípio de orientação estratégica baseia-se na disposição de se aliar contra uma ameaça maior, e a redefinição das alianças não necessariamente produz um efeito dissuasório efetivo. Não raras vezes, o conflito torna-se o resultado natural dessa dinâmica, como ocorreu na Europa ao longo dos Séculos XVI, XVII e XVIII. Assim sendo, o pragmatismo adquire enorme importância como elemento estruturante do cálculo e da ação das autoridades centrais em geral, uma vez que a redefinição das alianças necessária à reconfiguração das relações de poder num tabuleiro implica uma disposição de enxergar qualquer outra autoridade central como potencial aliado ou adversário, dependendo das circunstâncias.

Para Paul Larivaille, na Itália dos tempos de Maquiavel, “a preocupação que têm os Estados de ver um deles tornar-se muito poderoso e perigoso, leva quase infalivelmente os mais fracos de um liga vitoriosa a aliar-se aos vencidos para pregar uma peça no vencedor da véspera.” (Larivaille, 1979: 67).

Portanto, no pós-Guerra de Trinta Anos Italiana, embora a presença de ameaças externas aos italianos tenha estimulado a articulação da aliança, ela não eliminou a tensão entre as partes signatárias do Acordo de Paz e suas relações com as demais autoridades centrais da península. [26]

As lutas de poder prosseguiram quentes sobretudo entre as grandes potências italianas e suas respectivas áreas de dominação. Por exemplo, Lourenço, o Magnífico, príncipe de Florença, reprimiu violentamente uma rebelião na cidade de Prato em 1470, como também em Volterra, outra cidade súdita de Florença, sitiada e saqueada em 1472 pelas tropas de Lourenço ao tentar reagir a interferências abusivas. (Larivaille, 1979: 67).

Efetivamente, o concerto italiano perdurou enquanto conseguiu: (i) evitar efetivas ofensivas exteriores; (ii) dissuadir iniciativas revisionistas; e (iii) manter-se hierarquizado internamente. Algo surpreendente uma vez que a Europa seguia no ritmo das guerras. Nas palavras de Braudel,

Uma Itália pacífica, que criou ela mesma sua paz depois dos complicados e difíceis acordos de Lodi (9 de abril de 1454), que saberá dela usufruir, preservando-a a qualquer custo, de 1454 a 1494 (que milagre!), durante quase cinquenta anos, em meio a uma Europa cheia do fragor das armas. (Braudel, 1989: 57).

Pode-se dizer, de tal modo, que a presença das ameaças externas, do Reino da França e do Império Otomano, constituiu-se numa primeira condição necessária ao seu funcionamento. Uma segunda, a construção de uma paz não punitiva a nenhuma das partes envolvidas na Guerra de Trinta, evitou posições revisionistas entre os signatários ao longo das décadas seguintes. Mas, houve também uma terceira condição necessária para que a tensão entre os italianos não se transformasse numa guerra a despeito das ameaças externas. O concerto italiano dependeu do desenvolvimento e difusão da prática da diplomacia moderna e do pragmatismo que ora nasciam. Isso porque a velocidade de articulação política deveria ser mais eficiente do que a lógica defensiva militar. Embora aquela não eliminasse esta, tornava possível outras soluções diferentes a um enfrentamento efetivo. De acordo com Paul Larivaille, “o que impressiona na política externa de Lourenço e na de seus parceiros e adversários italianos é a submissão crescente da guerra à diplomacia.” (Larivaille, 1979: 67).

Em suma, estas se constituíram nas três condições centrais para uma “paz em tempos de guerra” no sistema que ora nascia: um receio comum derivado da própria pressão competitiva característica do jogo de ameaças, mas externa aos envolvidos na concertação internacional; a inexistência de posições revisionistas entre os signatários dos acordos de paz; e uma capacidade de resolver, contornar ou apenas congelar os contenciosos e as situações de conflito entre os signatários, por meio da diplomacia moderna.

“So for forty years, by virtue of the mutual jealousies of its balanced states by a politics of continuous tension, and by the help of its new diplomatic machinery, Italy did enjoy a kind of uneasy peace.” (Mattingly, 1955: 96).

Do ponto de vista histórico, ao longo dos quarenta anos posteriores ao Acordo de Lodi, ocorreram seis guerras na península italiana: nenhuma contra suas principais ameaças externas; duas foram guerras de agressão; e quatro guerras civis, que acabaram por envolver atores externos.[27] A primeira das guerras de agressão ocorreu entre os anos de 1456-58 e envolveu Gênova e Nápoles a respeito do domínio da Ilha de Córsega. A segunda foi a Guerra de Ferrara (1482-84), quando Veneza, depois de perder posições estratégicas no levante para os turcos otomanos, voltou-se para a conquista do território vizinho de Ferrara.

O Concerto Italiano teve fim no exato momento em que uma força externa quebrou o seu isolamento.

Devido a questões sucessórias em Nápoles, Carlos VIII, rei da França (1470-1498), invadiu a Itália em 1494 em nome do parentesco entre Valois e os Anjou. Passou sem resistências pelas cidades de Milão, Florença e Roma antes de chegar a Nápoles em fevereiro de 1495. Havia uma assimetria de poder significativa por conta da revolução militar empreendida pelo monarca francês, com o desenvolvimento da artilharia, associado ao emprego da pólvora. Segundo Larivaille, “Na França, ao final de uma lenta evolução, chegou-se, no último quartel do século XV, ao que já se pode chamar de um exército nacional permanente.” (Larivaille, 1979: 71). Em “O Príncipe”, Maquiavel descreveu o ocorrido da seguinte maneira: “Carlos, rei da França, pôde apoderar-se da Itália com giz.” (Maquiavel, 1513: 101). Isso porque os franceses nem chegaram a travar combate e somente marcaram com giz as casas para uso dos soldados como alojamento.

Como resposta, houve a formação da Liga de Veneza a partir da articulação de uma aliança defensiva entre Milão, Veneza, Áustria, Estado Pontifício e Aragão contra a França em 1495, que efetivamente conseguiu dissuadir as tropas francesas. Se, por um lado, Carlos VIII pôs fim ao concerto italiano, por outro, a Liga de Veneza “europeizou” o jogo do equilíbrio instável de poder, definindo-o como elemento estruturante das relações internacionais no continente. Desde então, o pragmatismo das alianças e a

diplomacia moderna somaram-se à própria lógica da guerra como práticas constitutivas das disputas interestatais no âmbito europeu.

Portanto, dependendo de como se define o sistema internacional moderno, suas origens não estão exatamente nas negociações para encerramento da Guerra de Trinta Anos Européia na Paz de Westphalia em 1648, mas, sim, na Paz de Lodi, dois séculos antes, ao fim de outra Guerra de Trinta Anos, no caso a Italiana.

Lodi e as Tentativas de Reconfiguração do Sistema Internacional no Século XXI [28]

No período posterior ao concerto italiano, houve uma duradoura disputa entre franceses, espanhóis e otomanos no “Longo Século XVI” (1494-1659), com a participação de uma série de atores menores. Essa disputa acabou por reproduzir em grande medida as dinâmicas criadas durante a Guerra de Trinta Anos Italiana. Não foram poucas as vezes, por exemplo, que o Rei da França, católico, se aliou aos otomanos, contra o imperador Habsburgo, também católico e mais importante força desestabilizadora do sistema europeu. Tal fato impeliu a formação de alianças improváveis de um ponto de vista religioso, sinal de que o pragmatismo se espalhava pela Europa um século antes do Tratado de Vestfália (1648). [29]

Deve-se lembrar que as negociações em Vestfália não colocaram fim ao conflito entre França e Espanha,

que prosseguiu após o fim da “Guerra de Trinta Anos Européia” (1618-1648). Para os espanhóis, o Tratado significou a retirada de um importante aliado da França, as Províncias Unidas. Como resposta, a França conseguiu envolver a Inglaterra contra a Espanha em 1655, o que viabilizou a derrota efetiva dos Habsburgos espanhóis em 1659, quando da assinatura do Tratado dos Pirineus [30]. Como resultado, não se eliminou, contudo, a pressão competitiva do sistema. Houve então a reconfiguração da hierarquia das guerras, assim como a redefinição de seu epicentro desestabilizador. A França tornou-se a mais importante força expansiva do sistema europeu.

A partir de então, durante o “Longo Século XVIII” (1661-1815), com a ascensão de Luís XIV e o início da Segunda Guerra de Cem Anos (1689-1815), com seus intermináveis conflitos, reproduziu-se uma dinâmica cuja essência era similar a da *Itália Quinhentista*, acrescida de alianças mais amplas, disputas mais prolongadas e tabuleiros mais globalizados.[31]

Na história do sistema europeu de Estados, um concerto similar ao italiano só ocorreu novamente depois das Guerras Napoleônicas (1803-1815). Naquele então, reapareceram as condições básicas à construção de uma “paz em tempos de guerra” como em Lodi. Os Acordos de Viena foram construídos em razão de ameaças comuns aos beligerantes; evitou-se uma paz punitiva ao derrotado e, portanto, posições revisionistas; e a diplomacia

moderna pôde operar de forma a buscar soluções não-militares aos contenciosos. [32]

Não deixa de ser curioso que, assim como o concerto italiano de Lodi de 1454, o concerto europeu de Viena de 1815 funcionou também por aproximadamente quarenta anos, interrompido por um novo conflito, no caso, a Guerra da Crimeia de 1853-56.[33]

Desde então até o início da Guerra Fria (1947), o sistema internacional moderno inventado pelos italianos seguiu intensificando as rivalidades interestatais, dinâmica esta que culminou na terceira “Guerra de Trinta Anos”, não mais italiana nem europeia, mas mundial (1914-45).

No pós-guerra, deve-se observar que, em primeiro lugar, a estrutura da nova ordem internacional definida no âmbito dos Acordos de São Francisco de 1945 para a criação Organização das Nações Unidas, baseou-se no reconhecimento de uma clara e rígida *hierarquia sistêmica*, consagrada com a instauração do Conselho de Segurança, restrito a algumas poucas potências nucleares com poder de veto sobre temas sensíveis. Em segundo, em razão da Doutrina Truman de 1947, consagrou-se uma *paz não punitiva* aos derrotados de então, Alemanha e Japão, evitando posições revisionistas. Em terceiro lugar, o *pragmatismo* seguiu sendo o princípio de ação estratégica num *jogo de equilíbrio instável de poder*, como no caso das relações triangulares entre

EUA, URSS e China no final dos anos sessenta. Em razão da projeção soviética, a pressão competitiva impeliu as autoridades chinesas a uma redefinição de sua principal ameaça, passando a ser a URSS em detrimento dos EUA. Daí a origem da diplomacia triangular da administração Nixon de aproximação à China visando a distensão com a URSS e a cisão no bloco comunista.[34]

Por fim, o princípio de mútua destruição, instaurado efetivamente com a era nuclear, tornou-se a própria *ameaça comum* que passou a organizar o tema da segurança internacional entre as grandes potências, evitando conflitos diretos sem, no entanto, eliminar a pressão competitiva característica do sistema internacional. Nesse contexto, em 1972, EUA e URSS assinaram o Tratado de Mísseis Antibalístico (ABM), restringindo o desenvolvimento de sistemas que tornassem inócuos seus respectivos arsenais nucleares. Asseguraram, no limite, o próprio princípio de mútua destruição e, portanto, a ideia de uma *ameaça comum*.

Em resumo, assim como nos Concertos Italiano (Século XV) e Europeu (Século XIX), depois da Guerra de Trinta Anos Mundial (1914-45) reapareceram as condições para uma “paz em tempos de guerra” entre as grandes potências.

No entanto, com o fim da Guerra Fria em 1991, essas condições foram alteradas. O processo de desmembramento da URSS

assemelhou-se mais a uma paz punitiva. A Rússia perdeu 23,8% do território, 48,5% da população e 44,6% de sua capacidade militar em razão da dispersão das forças armadas soviéticas. [35] O desmonte da economia russa, com base num programa de Terapia de Choque sob coordenação de economistas liberais ocidentais, ocasionou uma severa crise econômica e social. [36]

Ainda no governo de George Bush, os EUA passaram a se orientar contra o aparecimento de potências regionais que pudessem rivalizar com eles em qualquer tabuleiro do mundo. Ao invés de desacelerar sua expansão militar com o fim de seu principal inimigo estratégico até então, a URSS, os EUA projetaram-se ainda mais: (i) ampliaram sua presença militar global alcançando em 2015 um conjunto de 800 bases militares fora de seu território nacional de origem, a maior parte delas localizadas no *Rimland* de que falou Spykman, cercado principalmente China e Rússia; [37] (ii) aumentaram a pressão sobre Rússia ao patrocinar a expansão da OTAN na Europa Central; e (iii) têm participado diretamente ou via OTAN de intervenções militares sucessivas. [38]

Diante desse quadro, alguns países, com destaque para Rússia e China, têm empreendido iniciativas de enfrentamento defensivo em diversos áreas, como, por exemplo, nos campos político-diplomático, militar, econômico, tecnológico, energético, dentre outros. Se, em 1969, a projeção soviética

impeliu uma aproximação pragmática entre EUA e China, atualmente, em sentido contrário, a projeção estadunidense tem estimulado uma forte parceria estratégica entre Rússia e China em diversos campos.

No que se refere ao princípio de mútua destruição, em 2002, os Estados Unidos abandonaram oficial e unilateralmente o Tratado ABM e assinaram acordos com a Polônia para o desenvolvimento de um sistema antimísseis, cujo projeto também previa a instalação de radares na República Tcheca. Contra isso, em março de 2018, a Rússia conseguiu desenvolver e anunciou ao mundo um conjunto de seis artefatos militares de difícil bloqueio por sistema defensivos antibalísticos. [39]

Num contexto de tantos desacordos, por mais contraditório que seja, tal fato assegurou o princípio de mútua destruição e, portanto, uma das condições necessária para “paz em tempos de guerra” entre grandes potências neste início de Século XXI.

8. Conclusão

Tanto em Lodi quanto em Viena, a não confrontação entre potências dependeu da existência de ameaças comuns, e as negociações procuraram envolver sem ressentimentos todos, vitoriosos e derrotados, evitando assim forças revisionistas. Estruturou-se também um sistema claramente hierarquizado, cujo comando se limitava a alguns poucos.

Na conjuntura atual, no entanto, não

houve tratativas sobre as relações internacionais do pós-Guerra Fria; o vitorioso segue arbitrando unilateralmente questões sensíveis, inclusive quanto ao elemento estruturante da segurança internacional. Rússia e China seguem sendo ameaçados, assumindo com relativo sucesso uma posição de enfrentamento defensivo, a ponto de a Rússia lograr a preservação do princípio de mútua destruição e, com efeito, a própria paz entre as grandes potências em tempos de desacordos globais e crescente rivalidade interestatal.

Notas

* Artigo baseado em palestra apresentada no Seminário “Sobre a Paz” em 27 de abril de 2018 no Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional do IE-UFRJ.

1- Ver, por exemplo, Kissinger (1994: 47), Lessa (2005: 20) e Pecequilo (2004: 42). Para uma leitura histórica crítica sobre os significados atribuídos à Guerra de Trinta Anos Européia e o Tratado de Vestfália, ver Osiander (2001).

2- De acordo com o historiador Roland Mousnier: “O sistema de equilíbrio já se encontrava realizado na Itália na segunda metade do século XV. [E] A Liga de Veneza (março de 1495), que reuniu contra Carlos VIII, juntamente com o Papa, Veneza e Milão, os Habsburgos, Aragão e Castela, é o momento exato em que a política do equilíbrio se estende da Itália à Europa.” (Mousnier, 1953: 241-242). Ver, também, Mattingly (1955: 83), Braudel (1989: 31), Larivaille (1979: 67), dentre outros.

3- Para uma sistematização das grandes transformações por que passou a Europa no século XV, ver Metri (2018a).

4- Ver Panikkar (1977: 52-55).

5- “Os historiadores estudaram mais de mil vezes a sorte de Portugal: o pequeno reino lusitano desempenha um dos principais papéis na enorme reviravolta cósmica introduzida pela expansão geográfica da Europa, no fim do século XV, e por sua explosão para o mundo.” (Braudel, 1986: 122).

6- Segundo Mello, “(...) a conquista das estepes siberianas pelos russos produziu, a longo prazo, consequências tão relevantes quanto a descoberta da rota do Cabo pelos portugueses e o domínio do Novo Mundo pelos espanhóis.” (Mello, 2011: 28).

7- Ver Elias (1939: capítulo 2).

8- Ver Metri (2014: capítulo 7).

9- Para Charles Tilly, “(...) nenhum desses nomes de lugar meio familiares poderia disfarçar a enorme fragmentação de soberania que então [ano de 990 d.C.] predominava em todo o território que mais tarde se tornaria a Europa (...). [No entanto] Por volta de 1490, o mapa e a realidade haviam-se alterado enormemente (...) todos os grandes reis e duques estavam consolidando e ampliando os seus domínios” (Tilly, 1996: 91-93).

10- Para maiores detalhes, ver Barraclough (1993: 122-123), Perroy (1953a: 196-201).

11- “A pendência se decidiu em favor de Paris, e o governo de Londres ficou reduzido à ilha. A Guerra dos Cem Anos acelerou e tornou irreversível o rompimento entre o território continental, que só nesse momento se tornou 'la France', isto é, o domínio dos soberanos de Paris (...).” (Elias, 1939: 130).

12- Para maiores detalhes, ver Barraclough (1993: 136-137), Perroy (1953b: 127-147).

13- Como dito em outras oportunidades, “O mundo medieval desmoronava e com ele as bases sobre as quais as cidades italianas haviam alcançado glória, poder e riqueza (...).” (Metri, 2018a: 119).

14- “Milan was probably the first Italian state to be capable of sustained diplomatic action. Certainly diplomacy brought him [duque de Milão] his least expansive and most profitable victories.” (Mattingly, 1955: 74)..

15- Para maiores detalhes, ver Mattingly (1955: 55-60).

16- Para maiores detalhes ver Mattingly (1955: 75).

17- Para maiores detalhes ver Lane (1973: 228).

18- “Foscari was elected, and the acceptance of the Florentine alliance against Milan proved to be the begin of 30 years of almost constant warfare in

Lombardy, becoming every year more costly. (...) Once deeply engaged in wars in the Po valley, Venice devoted fewer men and less money to the defense of her colonial empire.” (Lane, 1973: 229).

19 - Para maiores detalhes, ver Chambers (1972: 55).

20- Um dos biógrafos de Maquiavel, Maurizio Viroli, descreveu bem esses diferentes níveis de disputas de poder que incidiam sobre Florença, por exemplo, objeto de grande preocupação de Maquiavel em seus tempos na Segunda Chancelaria e no Conselho Maior. “Maquiavel coloca diante dos olhos de seus concidadãos a real situação na qual Florença se encontrava, para dissipar de vez suas ilusões. Os florentinos estão desarmados, e não são nem amados nem temidos pelos seus súditos. Se olhassem em volta, a começar pela Toscana, veriam que estavam entre Luca, Siena e Pisa, cidades que desejam mais a morte de Florença que a própria vida. Ao contemplar toda a Itália, veriam que ela girava à volta do rei da França, de Veneza, do papa e de Valentino [César Bórgia].” (Viroli, 2002: 91).

21- Mattingly (1955: 83).

22 - Não foram poucas as vezes em que essa engrenagem diplomática deixou de funcionar adequadamente com resultados desastrosos, ao ser ultrapassada por uma dinâmica estritamente militar, colocando o sistema internacional numa espiral de

corrida e tensionamento, como a conjuntura do final do século XIX, quando a política externa de Bismarck foi abandonada pelo Imperador Guilherme, levando a Alemanha e a Europa a um engessamento da configuração política no início de século XX. Para maiores detalhes, ver Kissinger (1994, capítulos VII e VIII).

23- “A questão surgiu mais tarde, devido à incerteza dos objetivos dos Venezianos. Onde parariam? Contentar-se-iam com o que haviam sempre considerado como a sua esfera de interesses, ou continuariam a expandir-se indefinidamente?” (Chambers, 1972: 58).

24- “Or perhaps he should be remembered most for his share in the diplomatic revolution of 1451. The decision to ally Florence with Sforza against Venice was Cosimo's. (...) The decision meant abandonment of an alliance which had been the cornerstone of Florentine policy for a generation. It meant the beginning of a new and doubtful war (...). It also meant that Cosimo intended to use Florence as the makeweight of an Italian balance, and was thus adopting by implication Filippo Maria's policy of saving the status quo.” (Mattingly, 1955: 85-86).

25- “What needs to be explained is that although the situation in 1454 called for a policy of unity, all that was achieved during the next forty years was a policy of tension. (...) Instead of the stable equilibrium of confederation, Italy arrive

precarious counterpoising of the conflicting interest of jealous, sovereign states.” (Mattingly, 1955: 91).

26- “In the preambles to public documents and in formal ambassadorial orations the objective was always the peace of Italy and the security of Christendom. The enemy was always the infidel. But in the ambassador's confidential instructions the objective was much more likely to be profits of some salt pans, or the tolls of a hill town, and the enemy was always a good deal near home.” (Mattingly, 1955: 93).

27- Ver Mattingly (1955: 94).

28 - Secção baseada em Metri (2018b).

29 - “O que também agravou essa situação foi a aliança tácita e ímpia existente nessas décadas entre o sultão otomano e Francisco I [monarca francês]: contra os Habsburgos, em 1542, as armadas francesa e otomana combinaram num ataque a Nice.” (Kennedy, 1989: 44).

30- Ver Kennedy (1989: capítulo 2).

31- Sobre a dinâmica das guerras nesse período, ver Kennedy (1989: capítulo 3).

32- Para maiores detalhes ver Kissinger (1994: 68).

33- Para maiores detalhes ver Kissinger (1994: 78-79).

34- Ver Kissinger (1994: 633).

35- Em discurso para a Assembleia Geral da Federação Russa e o Parlamento Russo em 01/03/2018. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/as-novas-armas-da-russia-1-o-discurso-historico-de-putin>

36 - Mazat, Numa. A Rússia dos anos 90: crônica de um desastre anunciado. Disponível em: <https://criticaeconomica.wordpress.com/2008/02/26/a-russia-dos-anos-90-chronica-de-um-desastre-anunciado/>

37 – “Yet officially, according to the most recent publicized count, the U.S. Military currently still occupies 686 'bases sites' outside the fifty states and Washington. D. C. (...) There are so many bases, the Pentagon itself doesn't even know the true total. By my count, eight hundred is a good estimate. (...) In total, all the non-U.S. countries in the world combined have about thirty foreign bases among them – as compared to the United States and its eight hundred or so.” (Vine, 2015: 4-5).

38 - Como exemplos, pode-se mencionar: Guerra do Golfo (1990-91); Guerra da Bósnia (1992-95); Guerra do Kosovo (1996-99); Guerra do Afeganistão (2001-hoje); Guerra do Iraque (2003); Guerra no Líbano (2006); Intervenção Militar na Líbia (2011); Guerra Civil Iraquiana (2011-hoje); dentre outras com participação indireta como a Guerra Civil na Ucrânia (2014); e a Guerra Civil no Iêmen (2015-hoje).

39- Nas palavras do presidente russo, “Espero que tudo que aqui ficou dito leve agressores potenciais a pensar duas vezes, porque passos não amistosos contra a Rússia, como instalar mísseis de defesa e trazer a infraestrutura da OTAN para junto da fronteira russa, tornaram-se inefetivos em termos militares e implicam custos injustificáveis, tornando inúteis aqueles passos agressivos para os que promovem as agressões.” Discurso para a Assembleia Geral da Federação Russa e o Parlamento Russo em 01/03/2018. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/as-novas-armas-da-russia-1-o-discurso-historico-de-putin>

Referências bibliográficas

BARRACLOUGH, G. (ed.) (1972), Atlas da História do Mundo. Times Book e Empresa Folha da Manhã, São Paulo, 1995.

BATISTA NETO, J. História da Baixa Idade Média: 1066-1453. São Paulo: Ática, 1989.

BRAUDEL, F. (1986), Civilização Material, Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII, vol. 03: O Tempo do Mundo, Editora Martins Fontes, São Paulo, 1998.

BRAUDEL, F. (1989), O Modelo Italiano. Companhia das Letras, São Paulo, 1994.

CHAMBERS, D. S. Veneza Imperial. Editorial Verbo, Lisboa, 1970.

DEYON, P. (1969), O Mercantilismo. Perspectiva, São Paulo, 2004.

ELIAS, N. (1939), O Processo Civilizador, v. 2. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1993.

KENNEDY, P. (1989), Ascensão e Queda das Grandes Potências, Campus, Rio de Janeiro, 1989.

KISSINGER, H. Diplomacia. Gradiva, Lisboa, 1994.

LACOSTE, Y. (1985), A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra, Papirus Editora, Campinas, 2008.

LANE, F. C. Venice: a maritime republic. Londres: The Johns Hopkins University Press, 1973.

LARIVAILLE, P. (1979), A Itália no Tempo de Maquiavel. Coleção A Vida Cotidiana. Companhia das Letras / Círculo do Livro, São Paulo, 1988.

LESSA, A. C. História das Relações Internacionais: a Pax Britannica e o mundo só século XIX. Editora Vozes, Petrópolis, 2005.

LEWIS, B. (1982), A Descoberta da Europa pelo Islã. Editora Perspectiva, São Paulo, 2001.

MACKINDER, H. J. The Geographical Pivot of History. Geographical Journal 23 (1904): 421–44.

MAQUIAVEL, N. (1513), O Príncipe. Coleção Ciências Sociais & Filosofia. Hemus Editora Limitada, São Paulo, 1996.

MAQUIAVEL, N. (1525), História de Florença. Musa Editora, São Paulo, 1998.

MATTINGLY, G. (1955), Renaissance Diplomacy. Houghton Mifflin Company, Boston, 1971.

MELLO, L. I. A. Quem tem Medo da Geopolítica, Hucitec Editora, São Paulo, 2011.

METRI, M. Poder, Riqueza e Moeda na Europa Medieval, Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2014.

METRI, M. (2018a) Guerra, virtù e ética em Maquiavel, in: Fiori, J. L. (org) Sobre a Guerra, Editora Vozes, Petrópolis, 2018.

METRI, M. (2018b) A Paz em Tempos de Guerra: dos Acordos de Lodi e Viena aos desacordos da conjuntura atual. Le Monde Diplomatique Brasil. Acervo Online. 23 de agosto de 2018.

MOUSNIER, R. (1953), Os Séculos XVI e XVII: os progressos da civilização européia, v. 9. In: CROUZET, M. (Org.). História Geral das Civilizações. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1994.

OSIANDER, A. Sovereignty, International Relations, and the Westphalian Myth. In: International Organization (The MIT Press), Vol. 55, No. 2 (Spring, 2001), pp. 251-287.

PANIKKAR, K. M. A Dominação Ocidental na Ásia: do século XV aos nossos dias, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

PECEQUILO, C. S. Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões. Editora Vozes, Petrópolis, 2004.

PERROY, E. A Idade Média: os tempos difíceis (fim). In: CROUZET, Maurice

(Org.). História geral das civilizações. [1953b]. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. v. 8.

STONE, O. As Entrevistas de Putin: conversas que deram origem ao documentário. Rio de Janeiro: Best Seller, 2017.

Resumo

O objetivo deste artigo é reinterpretar as origens do Sistema Internacional Moderno, relacionando-as às disputas de poder do contexto da Guerra de Trinta Anos Italiana (1423-1454). Investigam-se, também, as condições para a criação e preservação do Concerto Italiano (1454-1494) consagrado nos Acordos de Paz na Cidade de Lodi (1454). Ao final, analisa-se, brevemente, como tais condições reapareceram em outros momentos da história do sistema internacional e como elas têm se manifestado neste início de Século XXI.

Palavras-Chave: Guerra Trinta Anos Italiana, Paz de Lodi, Concerto Italiano, Guerra e Paz.

Abstract

This paper aims to analyze the origins of the international system. It is argued that such origins are related to the struggles among states during the Italian Thirty Years' War (1423-1454). It also investigates the conditions necessary required for building the Italian Concert (1454-1494), enshrined in the Peace Agreements in the City of Lodi (1454). In the end, it studies how these conditions reappeared at other times in the history of the international system and how they have manifested themselves at the beginning of the 21st century.

Keywords: Italian Thirty Years War, Lodi Peace, Italian Concert, War and Peace.